

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.

Relatório e Contas
31 de dezembro de 2015

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.

RUA MANUEL PINTO DE AZEVEDO, 272 • 4100-320 PORTO • TEL. 226 194 600 • FAX 226 194 692 • e-mail: info@rara.pt • www.rara.pt
CAPITAL SOCIAL EUR 21 000 000 • MATRIC. 2ª C.R.C. PORTO / N.I.P.C. 500 225 559

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	44
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	47

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2015

EXERCÍCIO DE 2015

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

No ano de 2015 o comércio mundial desacelerou e os baixos preços das *commodities* trouxeram problemas aos países que delas dependem. Na zona euro, a recuperação económica mostrou-se resiliente, tendo em conta a constante incerteza na Grécia, os riscos geopolíticos na Rússia e Médio oriente e o abrandamento nas economias emergentes, sendo que a política monetária levada a cabo pelo BCE assumiu um papel crucial na cotação do euro, reduzindo o impacto negativo do abrandamento da procura global. Ainda assim, o crescimento na zona euro desacelerou, estando estimado para a região um crescimento de 1.5% em 2015. A recuperação económica continua a ser essencialmente conduzida pela procura interna, que tem beneficiado quer dos estímulos monetários do BCE, quer dos baixos preços da energia.

A economia portuguesa beneficiou de alguns estímulos positivos, nomeadamente da queda nos preços do petróleo, do reacender da procura interna e do conexo aumento das receitas fiscais. Além disso, o ambiente financeiro foi também favorável com a depreciação do euro a estimular as exportações, as taxas de juro desceram e a intervenção agressiva do BCE contribuiu para a redução dos custos de financiamento. A procura externa, ainda que menos dinâmica do que seria de esperar, teve um comportamento favorável a beneficiar da desvalorização do euro. Apesar de todos estes estímulos, o PIB registou um crescimento moderado de 1,5%, destacando os grandes desequilíbrios e rigidez que continuam a limitar o crescimento. O investimento desacelerou ao longo do ano, especialmente em máquinas e equipamentos, pondo fim a um período de expansão de 2 anos.

ENQUADRAMENTO DO SECTOR DE ATIVIDADE

Verificou-se a partir de meados de 2015 uma inversão da tendência de descida do preço em bolsa, da matéria-prima rama de cana-de-açúcar, que tinha vindo a cair de uma forma acentuada. Esta inversão foi, em grande parte, motivada por uma produção mundial que começou a dar sinais de se tornar deficitária, face ao respetivo consumo mundial de açúcar. Contudo o mercado continuou pressionado pelos, ainda, elevados montantes de stocks.

Apesar da descida do preço do petróleo, a cotação do açúcar manteve-se constante fundamentalmente devido a várias áreas da Europa central e oriental terem sido afetadas por seca durante os meses de verão, o que limitou o crescimento da beterraba, e as condições climáticas no norte da Europa e da parte norte do Reino Unido foram mais frias do que a média sazonal, acompanhadas por um excesso de precipitação.

Assim e tendo em conta o acima exposto, assistimos a um nível de preços de açúcar demasiado baixo, dentro do espaço comunitário, sendo que, com o início da campanha açucareira em outubro, os preços subiram com uma clara tendência de evolução em alta para o resto da campanha.

ATIVIDADE

Mesmo num cenário adverso, a RAR Açúcar conseguiu, face ao ano anterior, manter a sua quota de mercado apesar da descida de faturação provocada pela descida dos preços do açúcar.

Nesse contexto, apesar de uma ligeira subida de preços sentida no último trimestre de 2015, os três primeiros trimestres do ano registaram preços de venda bastante abaixo do que seria desejável, não obstante a RAR Açúcar se assumir no mercado como uma empresa que resiste à degradação sistemática das margens de comercialização.

Uma forte condicionante à subida de preços é o facto da RAR Açúcar concorrer com os fabricantes de açúcar de beterraba europeus que, para além da reduzida exposição aos preços do mercado mundial, são ainda protegidos pelo sistema regulamentar comunitário. Este cenário desfavorável para os refinadores foi, em parte, colmatado com uma adequada gestão de compras que permitiu alcançar preços de matéria-prima competitivos quando comparados com os preços praticados no mercado.

Adicionalmente, e tendo em conta os atuais preços da matéria-prima, a empresa optou por pagar penalizações para sair de contratos de compra considerados desajustados face às condições vigentes no mercado, tendo registado uma perda operacional não recorrente, no exercício, com impacto que não se repetirá em exercícios futuros.

Tal conduziu a que, apesar da contenção de custos transversal a toda a organização, os resultados operacionais apresentam um decréscimo, quando comparados com o exercício anterior. Não deixa contudo de ser importante referir que a atividade operacional recorrente melhorou sensivelmente face ao ano anterior, embora com uma dimensão ainda insuficiente, o que nos dá a fundada expectativa de que estamos no limiar da reversão das perdas de exploração que temos vindo a registar.

A componente financeira apresenta uma melhoria relevante, pelo efeito de implementação de medidas que tiveram impacto positivo na gestão desta variável.

O resultado líquido do exercício foi negativo em 8.405.341 euros, sendo a nossa proposta de aplicação de resultado líquido do exercício o da sua transferência para Resultados Transitados.

A empresa tem a sua situação contributiva regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, nos termos da legislação em vigor.

De acordo com os artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, informamos que os membros do Conselho de Administração, bem como os membros do órgão de fiscalização, não são detentores de ações da empresa em 31.12.2015, nem detiveram quaisquer ações durante o exercício de 2015.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, na próxima Assembleia Geral de aprovação de contas, o Conselho de Administração irá efetuar uma proposta de cobertura dos capitais próprios da empresa, pela entrada de fundos.

Único acionista: RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A. – 100% do capital

Porto, 18 de Fevereiro de 2016

O Conselho de Administração

João Alberto de Lima Martins Pereira

João Miguel Galdes da Silva Carvalho

Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS POSIÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Montantes expressos em Euro)

ATIVO	Notas	2015	2014
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	5	8.280.378	10.936.399
Ativos intangíveis	6	6.718.234	6.691.169
Propriedades de Investimento	7	2.156.300	-
Investimentos em empresas associadas	8	3.062.039	3.676.336
Investimentos em empresas participadas	9	227.504	227.504
Ativos por impostos diferidos	10	211.850	152.540
Outros ativos não correntes	11	1.381	464
Total de ativos não correntes		<u>20.657.687</u>	<u>21.684.412</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	12	20.408.821	6.005.647
Clientes	13	10.770.174	3.713.530
Estado e outros entes públicos	14	2.462.537	1.060.566
Outras dívidas de terceiros	15	5.520.317	5.489.647
Outros ativos correntes	16	294.375	335.087
Caixa e equivalentes de caixa	17	62.408	111.226
Total de ativos correntes		<u>39.518.632</u>	<u>16.715.703</u>
Total do ativo		<u>60.176.319</u>	<u>38.400.115</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	18	21.000.000	21.000.000
Reserva legal		3.448.905	3.448.905
Reservas de reavaliação		1.884.540	1.884.540
Outras reservas		4.380.541	4.380.541
Resultados transitados		(18.138.740)	(16.936.128)
Resultado líquido do exercício		(8.405.341)	(1.202.612)
Total do capital próprio		4.169.905	12.575.246
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Outros Empréstimos	19	1.498.780	-
Credores por locações financeiras	20	137.987	112.957
Passivos por impostos diferidos	10	799.715	887.813
Provisões não correntes		3.212	3.212
Total de passivos não correntes		<u>2.439.694</u>	<u>1.003.982</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	21	5.846.712	48.778
Credores por locações financeiras	20	55.625	70.267
Fornecedores	22	37.106.088	22.881.207
Estado e outros entes públicos	23	157.328	137.779
Outros credores	24	8.568.710	342.717
Outros passivos correntes	25	1.832.257	1.340.139
Total de passivos correntes		<u>53.566.720</u>	<u>24.820.887</u>
Total do capital próprio e passivo		<u>60.176.319</u>	<u>38.400.115</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: Rute Daniela das Neves Lopes da Silva Gonçalves

O Conselho de Administração: João Alberto de Lima Martins Pereira, João Miguel Geraldes da Silva Carvalho, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euro)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Rendimentos operacionais:			
Vendas	29	68.459.596	70.548.927
Prestações de serviços	29	14.224	272.902
Outros rendimentos operacionais	30	<u>1.267.833</u>	<u>1.330.030</u>
Total de rendimentos operacionais		<u>69.741.653</u>	<u>72.151.859</u>
Gastos operacionais:			
Gastos das vendas	31	55.463.951	42.407.799
Variação da produção	31	376.502	18.326.437
Fornecimentos e serviços externos	32	13.047.333	11.277.492
Gastos com o pessoal	33	3.755.192	3.640.482
Amortizações e depreciações	5 e 6	1.445.959	1.419.725
Provisões e perdas por imparidade	26	615.010	301.680
Outros gastos operacionais	34	<u>4.502.395</u>	<u>1.833.740</u>
Total de gastos operacionais		<u>79.206.343</u>	<u>79.207.355</u>
Resultados operacionais		(9.464.690)	(7.055.496)
Rendimentos financeiros	35	38.165	79.110
Gastos financeiros	35	1.094.049	2.268.855
Resultados relativos a empresas associadas	36	<u>55.000</u>	<u>5.986.425</u>
Resultados antes de impostos		(10.465.574)	(3.258.816)
Imposto sobre o rendimento	37	<u>(2.060.233)</u>	<u>(2.056.204)</u>
Resultado líquido do exercício		<u>(8.405.341)</u>	<u>(1.202.612)</u>
Resultados por ação:			
Básico		<u>(0,40)</u>	<u>(0,06)</u>
Diluído		<u>(0,40)</u>	<u>(0,06)</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: Rute Daniela das Neves Lopes da Silva Gonçalves

O Conselho de Administração: João Alberto de Lima Martins Pereira, João Miguel Galdes da Silva Carvalho, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euro)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado líquido do período	(8.405.341)	(1.202.612)
Itens que serão reclassificados por resultados		
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	-	-
Variação das diferenças de conversão cambial e outras	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Itens que não serão reclassificados por resultados		
Variação das reservas de reavaliação	-	-
Outras variações no capital próprio	-	38.577
	<u>-</u>	<u>38.577</u>
Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos rendimentos e gastos reconhecidos no período	<u>(8.405.341)</u>	<u>(1.164.035)</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: Rute Daniela das Neves Lopes da Silva Gonçalves

O Conselho de Administração: João Alberto de Lima Martins Pereira, João Miguel Gerales da Silva Carvalho, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euro)

<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Recebimentos de clientes		68.673.509	71.215.290
Pagamentos a fornecedores		80.927.426	73.126.925
Pagamentos ao pessoal		3.694.023	3.726.519
Fluxos gerados pelas operações		(15.947.940)	(5.638.154)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		2.308.661	(70.000)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		214.842	3.566.730
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>(13.424.437)</u>	<u>(2.141.424)</u>
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	1.683.979
Ativos fixos tangíveis		16.896	8.250
Juros e rendimentos similares		60.394	101.645
Empréstimos concedidos	28	7.696.000	10.529.000
Dividendos		55.000	12.500
		<u>7.828.290</u>	<u>12.335.374</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		880.018	1.480.760
Ativos intangíveis		-	-
Empréstimos concedidos	28	8.155.000	8.412.000
		<u>9.035.018</u>	<u>9.892.760</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>(1.206.728)</u>	<u>2.442.614</u>
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		51.300.000	42.500.000
		<u>51.300.000</u>	<u>42.500.000</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		41.550.000	36.850.000
Juros e gastos similares		882.521	2.071.456
Amortizações dos contratos de locação financeira		83.066	66.471
		<u>42.515.587</u>	<u>38.987.927</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>8.784.413</u>	<u>3.512.073</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(5.846.752)	3.813.263
Caixa e seus equivalentes no início do período	17	62.448	(3.750.815)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17	<u>(5.784.304)</u>	<u>62.448</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: Rute Daniela das Neves Lopes da Silva Gonçalves

O Conselho de Administração: João Alberto de Lima Martins Pereira, João Miguel Geraldês da Silva Carvalho, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euro)

Notas	Capital social	Reservas			Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	
		Legal	Reavaliação	Outras				
Saldo em 1 de janeiro de 2014	18	21.000.000	3.448.905	1.854.625	4.380.541	(12.371.676)	(4.573.114)	13.739.281
Aplicação do resultado líquido de 2013:								
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	(4.573.114)	4.573.114	-
Outras variações capitais próprios		-	-	29.915	-	8.662	-	38.577
Resultado líquido do exercício de 2014		-	-	-	-	-	(1.202.612)	(1.202.612)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		21.000.000	3.448.905	1.884.540	4.380.541	(16.936.128)	(1.202.612)	12.575.246
Aplicação do resultado líquido de 2014:								
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	(1.202.612)	1.202.612	-
Resultado líquido do exercício de 2015		-	-	-	-	-	(8.405.341)	(8.405.341)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		21.000.000	3.448.905	1.884.540	4.380.541	(18.138.740)	(8.405.341)	4.169.905

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: Rute Daniela das Neves Lopes da Silva Gonçalves

O Conselho de Administração: João Alberto de Lima Martins Pereira, João Miguel Geraldês da Silva Carvalho, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euro)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A. (“Empresa” ou “RAR Açúcar”) é uma sociedade anónima, com sede no Porto, constituída em 20 de março de 1962 e que tem como atividade principal a refinação de açúcar.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (“SIC”) em vigor em 1 janeiro de 2015 tal como adotados pela União Europeia.

2.2. Investimentos em empresas associadas e empresas participadas

As partes de capital em empresas associadas são registadas ao custo de aquisição adicionado de eventuais despesas de compra. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas de imparidade que se demonstrarem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos recebidos) são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

2.3. Ativos fixos tangíveis

a) Imóveis para uso próprio

Os imóveis (terrenos e edifícios) para uso próprio são registados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer subsequente depreciação acumulada e/ou perdas de imparidade acumuladas. As revalorizações são feitas periodicamente, por avaliadores imobiliários independentes, para que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor do respetivo imóvel.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efetuadas aos ativos fixos tangíveis são registados por contrapartida de capital próprio. Quando um ativo fixo tangível, que foi alvo de uma revalorização positiva em exercícios subsequentes, se encontra sujeito a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores deduzido da quantia realizada através das depreciações, sendo o seu excedente registado como gasto do exercício por contrapartida de resultado líquido do período.

As depreciações são imputadas numa base sistemática durante a vida útil estimada dos edifícios, enquanto os terrenos não são depreciáveis.

b) Outros ativos fixos tangíveis

Os outros ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registados de acordo com a nova base do custo ("deemed cost"), o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas de imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela Empresa, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem a períodos que variam entre:

Edifícios e outras construções	2 a 50
Equipamento básico	1 a 20
Equipamento administrativo	1 a 20
Equipamento de transporte	2 a 12
Ferramentas e utensílios	1 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 17

As despesas subsequentes de substituição de componentes de ativos fixos incorridas pela Empresa são adicionadas aos respetivos ativos fixos tangíveis, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses ativos abatido e registado como um gasto na rubrica de "Outros gastos operacionais".

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registadas como gasto do exercício em que ocorrem.

O investimento em curso representa ativo fixo tangível ainda em fase de construção/instalação, encontrando-se registado ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Este investimento é depreciado a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para utilização.

As mais ou menos valias resultantes da venda do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais". As perdas resultantes do abate do ativo fixo tangível são igualmente registadas pelo seu valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros gastos operacionais".

2.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa os puder controlar e se puder medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso, e para as quais seja provável que o ativo criado irá gerar benefícios económicos futuros são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram com estes critérios são registadas como gasto do exercício quando incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração de resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente ao período de três a quatro anos.

Nos casos de marcas e patentes, com vida útil indefinida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

2.5. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem imóveis e terrenos detidos para auferir rendimento ou valorização de capital, ou ambos, não sendo utilizados na prossecução da atividade normal dos negócios.

Inicialmente as propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, incluindo os custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor, determinado por referência à data de balanço e refletindo condições atuais de mercado. O justo valor é determinado com base em avaliações realizadas por profissionais credenciados da área imobiliária do Grupo as quais são comparadas com avaliações contratadas a avaliadores independentes. Em caso de diferença significativa é registada a avaliação de menor valor. Nos casos em que o justo valor não poder ser determinado com fiabilidade mantém-se o custo de aquisição amortizado.

As referidas entidades especializadas recorrem aos seguintes métodos de avaliação:

- O valor de mercado de cada imóvel ou fração de imóvel é estimado utilizando o método do mercado ou método do rendimento, considerando a perspectiva de maior e melhor utilização na ótica de um potencial comprador;

- Quando é utilizado o método do rendimento, o justo valor é determinado utilizando o método dos *cash-flows* descontados, baseados em estimativas de futuras rendas e despesas, suportadas pelos termos dos contratos de arrendamento em vigor à data de balanço (justo valor nível 3). Quando praticável, são igualmente utilizadas rendas de mercado de imóveis de natureza, localização e condições similares;

- Quando é utilizado o método comparativo de mercado, os preços por m² são determinados tendo por base dados observáveis de mercado em transações comparáveis, ajustados para refletir as correspondentes diferenças (justo valor nível 2).

As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício na rubrica de "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada do exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas na rubrica de propriedades de investimento.

A transferência para, ou de, propriedades de investimento deve ser feita quando, e apenas quando, houver uma alteração no seu uso. Numa transferência de propriedades de investimento escriturada pelo justo valor para propriedade ocupada pelo dono, o custo considerado da propriedade para subsequente contabilização deve ser o seu justo valor à data da alteração de uso. Se uma propriedade ocupada pelo dono se torna numa propriedade de investimento que seja escriturada pelo justo valor, o Grupo deve utilizar os mesmos princípios contabilísticos que aplica aos ativos fixos tangíveis, até à data da alteração de uso.

Se um ativo inicialmente reconhecido nos inventários é posteriormente considerado como propriedade de investimento após ter sido determinada a sua alteração de uso, qualquer diferença entre o justo valor da propriedade nessa data e a sua quantia escriturada anterior é reconhecida nos lucros ou prejuízos do exercício. Se o Grupo inicia o desenvolvimento ou a construção de um imóvel com a intenção de vendê-lo, este deve ser transferido para inventários. Se essa propriedade for mensurada ao justo valor, essa transferência deverá ser mensurada ao justo valor na data da transferência e esse será o custo considerado para o registo da propriedade em inventários.

2.6. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando a Empresa se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

a) Instrumentos financeiros

i) Classificação de ativos financeiros

A Empresa classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados: geralmente enquadram-se nesta categoria apenas os derivados que não cumprem os requisitos

definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, como tal são classificados como ativos correntes.

- Empréstimos e contas a receber: trata-se de ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e não negociados num mercado ativo. São classificados como ativos correntes, exceto se as suas maturidades excederem os doze meses após data da demonstração da posição financeira, situação na qual são classificados como ativos não correntes. A Empresa classifica nesta categoria as dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros (nota 14), caixa e equivalentes de caixa (nota 16) e os empréstimos concedidos a partes relacionadas incluídos na nota 27.

ii) Reconhecimento e mensuração de ativos financeiros

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, que é o valor pago na data de aquisição e que corresponde ao seu justo valor naquela data, acrescido das despesas com aquisição, exceto se se tratarem de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, em que neste caso as despesas com aquisição são reconhecidas nos resultados.

Após o reconhecimento inicial:

- Os ativos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sendo os ganhos ou as perdas resultantes da alteração do justo valor reconhecidas em resultados.

- Os empréstimos e contas a receber são reconhecidos ao custo amortizado utilizando para o efeito o método da taxa de juro efetiva.

- Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu custo, porque se tratam de investimentos não negociados num mercado ativo e em relação aos quais o justo valor não pode ser determinado com fiabilidade.

iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos financeiros disponíveis para venda são avaliados quanto à sua imparidade no final de cada exercício, e apenas é registada uma perda de imparidade quando há evidência objetiva da ocorrência de um ou mais eventos passados ocorridos após a data do reconhecimento inicial que impactam diretamente o recebimento dos *cash-flows* futuros.

O montante da perda de imparidade é dado pela diferença entre o valor contabilístico e o valor presente dos *cash-flows* futuros estimados, sendo que o valor do investimento e os resultados são reduzidos por esse montante.

b) Classificação de instrumentos de capital próprio e passivo financeiro

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos.

i. Empréstimos

Os empréstimos são registrados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registradas como uma dedução à dívida e reconhecidas ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com a taxa de juro efetiva. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios. Os empréstimos encontram-se divulgados nas notas 19 e 20.

ii. Fornecedores e outros credores

Os fornecedores referem-se a obrigações de pagamento perante fornecedores ou instituições financeiras a quem foram dadas ordens de pagamento antecipado a fornecedores ("confirming") resultantes da compra de bens ou serviços que são adquiridos durante o decurso normal das operações de negócio. Os outros credores correntes referem-se aos empréstimos obtidos de partes relacionadas divulgados na nota 25. Estes passivos são classificados como passivos correntes se o pagamento é devido até um ano, caso contrário são apresentados como passivos não correntes. As contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao seu justo valor e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Empréstimos bancários", na demonstração da posição financeira.

d) Compensação de ativos com passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apenas compensados quando existe um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de realizar o ativo e satisfazer o passivo numa base líquida.

2.7. Locações

A classificação sobre se um acordo é (ou contém) uma locação é baseada na substância e não na forma do acordo na data do início do acordo, que é a data mais antiga entre a data do acordo e a data do compromisso pelas partes em relação aos principais termos do acordo. O acordo é (ou contém) uma locação se o cumprimento do acordo está dependente do uso de um ativo ou ativos específicos e o acordo transmite um direito de usar o ativo, mesmo que tal não esteja explicitamente indicado no acordo.

A locação por referência à data de início do acordo é classificada como financeira ou operacional. Os contratos de locação relativamente aos quais a Empresa assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras.

Os contratos de locação financeira são registrados na data do seu início como ativo e passivo pelo menor do justo valor da propriedade locada ou do valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo custo financeiro e pela amortização do capital de modo a determinar uma taxa de juro constante sobre o passivo remanescente. Os custos financeiros são imputados aos gastos financeiros na demonstração de resultados.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.8. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, que inclui o preço de fatura e todas as despesas até à sua entrada em armazém, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado. Os produtos e trabalhos em curso, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos e produtos acabados e intermédios encontram-se valorizados ao custo de produção (inclui o gasto de matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta e os gastos gerais de fabrico), o qual é inferior ao respetivo valor de mercado. Ao longo do exercício é utilizado o custo padrão, o qual é ajustado no final do exercício para o custo efetivo.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos gastos de comercialização.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.10. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de ativos fixos tangíveis, são registados nas rubricas "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes" sendo reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios à exploração são registados como rendimentos do exercício, quando obtidos, independentemente da data do seu recebimento.

2.11. Imparidade dos ativos não correntes

É efetuada uma avaliação de imparidade à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou uma alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica "Outros gastos operacionais".

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "Outros rendimentos operacionais". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.12. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.13. Rédito e especialização de exercícios

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data da demonstração da posição financeira.

Os dividendos são reconhecidos como rendimentos no exercício em que são atribuídos aos sócios ou acionistas.

Os juros e rendimentos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas cujos gastos ou rendimentos respeitam a exercícios futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sua sede.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos e, deste modo, a situação fiscal dos anos de 2012 a 2015 poderá ainda vir a ser sujeita a revisão e eventuais correções. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da Empresa, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A Empresa está integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (acionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS).

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou proveito do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.15. Classificação da demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos ativos e as provisões para riscos e encargos são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.16. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data da demonstração da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para Euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração de resultados do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

2.17. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.18. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.19. Indemnizações pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho

Os encargos associados a indemnizações pagas a trabalhadores pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho são registados no exercício em que o respetivo acordo é concluído. Caso o acordo não seja assinado no mesmo período em que produz efeitos, é constituída uma provisão para fazer face às responsabilidades assumidas pela Empresa.

2.20. Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 incluem:

- a) Vidas úteis do ativo fixo tangível e intangível;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis (nomeadamente das marcas e patentes, com vida útil indefinida);
- c) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões; e
- d) Estimativas para descontos/rappel a conceder a clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A atividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros, recorrendo em determinadas situações a instrumentos derivados de cobertura.

3.1. Risco de mercado

a) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante de endividamento indexado a taxas variáveis.

O endividamento da Empresa encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o gasto da dívida a um risco de volatilidade. O impacto dessa volatilidade nos resultados e no capital próprio da Empresa não é significativo em virtude do relativo baixo nível de endividamento e da possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos nos resultados operacionais da Empresa, por essa via parcialmente compensando os gastos financeiros acrescidos ("natural hedge").

A 31 de dezembro de 2015, a Empresa apresenta um endividamento líquido de aproximadamente 14.187 milhares de Euros e a 31 de dezembro de 2014 excedentes de tesouraria de aproximadamente 960 milhares Euros, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (notas 19, 20, 21 e 28) e caixa e equivalentes de caixa (nota 17) contratados junto de diversas instituições.

Análise de sensibilidade de taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi determinada com base na exposição da Empresa a variações na taxa de juro em instrumentos financeiros tendo por referência a estimativa de endividamento médio em 2015. Para os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis, a análise foi preparada considerando-se que as alterações nas taxas de juros de mercado apenas afetam o proveito ou gasto financeiro dos mesmos.

Se a taxa de juro tivesse sido 50 pontos base superior e as restantes variáveis mantidas constantes, o resultado financeiro negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 viria aumentado em cerca de 94.565 Euros.

b) Risco de taxa de câmbio

Na sua atividade operacional, a Empresa realiza transações diversas expressas em outras moedas que não Euro. Este risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional da Empresa.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio de transação da Empresa procura minimizar ou eliminar esse risco, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da mesma a flutuações cambiais. Sempre que possível, a Empresa procura realizar coberturas naturais dessas exposições cambiais, compensando os créditos concedidos e os créditos recebidos expressos na mesma divisa. Quando tal não é possível, recorre-se a outros instrumentos derivados de cobertura, fundamentalmente "forwards" de taxas de câmbio.

Nos casos em que os instrumentos derivados de cobertura, embora contratados com o objetivo específico de cobertura dos riscos cambiais, não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afetam diretamente a demonstração dos resultados.

c) Risco de preço

A Empresa adquire a sua matéria-prima, rama de açúcar, apenas nas origens internacionais permitidas pela regulamentação europeia do setor, não existindo, portanto, livre acesso a este mercado. O atual enquadramento regulamentar define preços mínimos para a compra da matéria-prima, mas não prevê mecanismos adequados de proteção em caso de subida do preço da mesma. Simultaneamente, a Empresa concorre com operadores cuja matéria-prima é a

beterraba açucareira, que não é transacionada internacionalmente e cujo preço não depende do preço internacional do açúcar. Neste contexto, a exposição da Empresa ao preço internacional da matéria-prima é significativo e obriga a Empresa a continuamente monitorizar este preço e avaliar a sua capacidade de refletir variações significativas do custo da sua matéria-prima no preço de venda do produto acabado.

3.2. Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

O risco de crédito decorrente da atividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes (nota 12). A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular.

A Empresa não apresenta risco de crédito significativo com algum cliente em particular, ou com algum grupo de clientes com características semelhantes, na medida em que as contas a receber estão repartidas por diversos clientes, diferentes negócios e diferentes áreas geográficas. A Empresa obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira do cliente assim o recomende. Para os clientes em que o risco de crédito o justifique, essas garantias consubstanciam-se em seguros de crédito e garantias bancárias.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando-se (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2015 e 2014 encontram-se divulgados na nota 25.

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de forma resumida, na nota 26.

Os montantes relativos aos ativos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os gastos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objetivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos corretos nas respetivas datas de vencimento;
- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização do gasto de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respectivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a Empresa assegura a contratação de instrumentos e facilidades de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados à especificidade das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. Também por política, essas facilidades são contratadas sem envolver concessão de garantias.

A informação constante neste anexo inclui os montantes em dívida não descontados e os prazos de vencimento foram determinados com base na data mais próxima em que a Empresa pode ser solicitada a liquidar aqueles passivos ("worst case scenario"), no pressuposto do cumprimento de todos os requisitos contratualmente definidos.

4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não se verificaram alterações significativas de políticas contabilísticas nem a necessidade de proceder à correção de erros fundamentais.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:

2015

	Terrenos e rec. naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administrativo	Ferram. e utensílios	Taras e vasilhames	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:										
Saldo inicial	2.281.651	6.466.388	47.657.683	1.858.532	4.894.497	325.099	12.000	1.953.231	744.042	66.193.123
Adições	-	198.069	94.283	93.800	17.588	9.581	-	-	509.210	922.531
Alienações	-	-	-	(281.601)	-	-	-	-	-	(281.601)
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	(2.156.299)	98.435	566.494	8.075	-	2.895	-	24.685	(700.584)	(2.156.299)
Saldo final	125.352	6.762.892	48.318.461	1.678.806	4.912.085	337.575	12.000	1.977.916	552.667	64.677.754
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	125.352	5.313.872	42.611.869	1.479.918	3.959.610	289.524	12.000	1.464.579	-	55.256.724
Depreciações exercício	-	196.717	977.986	110.985	35.718	11.476	-	88.855	-	1.421.737
Alienações	-	-	-	(281.085)	-	-	-	-	-	(281.085)
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	125.352	5.510.589	43.589.855	1.309.818	3.995.328	301.000	12.000	1.553.434	-	56.397.376
Valor líquido	-	1.252.303	4.728.606	368.989	916.757	36.575	-	424.482	552.667	8.280.378

2014

	Terrenos e rec. naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administrativo	Ferram. e utensílios	Taras e vasilhames	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:										
Saldo inicial	2.281.651	6.281.163	46.996.243	1.744.150	4.878.252	310.882	12.000	1.941.828	448.158	64.894.327
Adições	-	159.272	367.951	141.382	16.245	2.767	-	9.503	628.676	1.325.796
Alienações	-	-	-	(27.000)	-	-	-	-	-	(27.000)
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	25.953	293.489	-	-	11.450	-	1.900	(332.792)	-
Saldo final	2.281.651	6.466.388	47.657.683	1.858.532	4.894.497	325.099	12.000	1.953.231	744.042	66.193.123
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	125.352	5.137.219	41.613.664	1.418.462	3.914.649	280.244	12.000	1.377.754	-	53.879.344
Depreciações exercício	-	176.653	998.205	88.456	44.961	9.280	-	86.825	-	1.404.380
Alienações	-	-	-	(27.000)	-	-	-	-	-	(27.000)
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	125.352	5.313.872	42.611.869	1.479.918	3.959.610	289.524	12.000	1.464.579	-	55.256.724
Valor líquido	2.156.299	1.152.516	5.045.814	378.614	934.887	35.575	-	488.652	744.042	10.936.399

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor líquido contabilístico dos bens adquiridos com o recurso a locação financeira totalizava:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Equipamento de transporte	138.477	206.635
Ferramentas e utensílios	4.140	6.268
	<u>142.617</u>	<u>212.903</u>

Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa não tinha hipotecado ou penhorado quaisquer ativos fixos tangíveis.

O ativo fixo tangível em curso apresentava, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a seguinte composição:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Edifícios e outras construções	37.554	98.435
Equipamento básico	510.528	609.951
Equipamento de transporte	790	8.075
Ferramentas e utensílios	-	2.895
Outros ativos fixos tangíveis	2.479	24.686
Equipamento administrativo	1.316	-
	<u>552.667</u>	<u>744.042</u>

A Empresa utiliza na sua atividade imóveis detidos por Empresa do Grupo RAR onde se insere. As condições subjacentes ao respetivo contrato de arrendamento permitem que o mesmo seja, de acordo com o entendimento da Empresa, classificado como locação operacional. O montante total dos gastos com as rendas destes imóveis no exercício de 2015 ascendeu a aproximadamente 1.749 milhares de Euros (1.685 milhares de Euros no exercício de 2014) e estão registados na rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" (nota 32).

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	2015			
	Despesas desenvolv.	Propriedade industrial	Software	Total
Ativo Bruto:				
Saldo inicial	75.344	6.638.542	213.001	6.926.887
Adições	-	-	51.287	51.287
Transferências	-	-	-	-
Saldo final	<u>75.344</u>	<u>6.638.542</u>	<u>264.288</u>	<u>6.978.174</u>
Amortizações acumuladas:				
Saldo inicial	35.161	-	200.557	235.718
Amortização do exercício	7.534	-	16.688	24.222
Saldo final	<u>42.695</u>	<u>-</u>	<u>217.245</u>	<u>259.940</u>
Valor líquido	<u>32.649</u>	<u>6.638.542</u>	<u>47.043</u>	<u>6.718.234</u>

	2014			
	Despesas desenvolv.	Propriedade industrial	Software	Total
Ativo Bruto:				
Saldo inicial	75.344	6.638.542	213.001	6.926.887
Adições	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo final	75.344	6.638.542	213.001	6.926.887
Amortizações acumuladas:				
Saldo inicial	27.626	-	192.747	220.373
Amortização do exercício	7.535	-	7.810	15.345
Saldo final	35.161	-	200.557	235.718
Valor líquido	40.183	6.638.542	12.444	6.691.169

O saldo da rubrica "Propriedade industrial" inclui gastos com direitos sobre marcas de produtos produzidos e/ou comercializados pela Empresa, os quais, por não terem vida útil definida, não são amortizados, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade anuais.

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o movimento ocorrido nas propriedades de investimento foi o seguinte:

	2015		
	Em exploração	Em desenvolv.	Total
Saldo inicial	-	-	-
Transferências (nota 5)	2.156.300	-	2.156.300
Saldo final	2.156.300	-	2.156.300

Durante o exercício de 2015 a empresa deixou de ocupar a propriedade denominada por "Convento de Ganfei". Por conseguinte transferiu-se o valor de ativos fixos tangíveis para propriedades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2015 não tinham sido apresentadas quaisquer propriedades de investimento como garantias reais de empréstimos bancários.

8. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Os investimentos em empresas associadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são os seguintes:

Empresas	Sede	2015		2014	
		% Capital detido	Valor de aquisição	% Capital detido	Valor de aquisição
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	Porto	5,00	41.234	5,00	41.234
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	Porto	100,00	999.399	100,00	999.399
Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.	Lisboa	71,78	2.635.703	71,78	2.635.703
			3.676.336		3.676.336
Perdas de imparidade acumuladas em outros investimentos financeiros (nota 26)			(614.297)		-
			3.062.039		3.676.336

No exercício de 2015 registamos uma imparidade relativa ao investimento na Sucral, S.A. no montante de 614.297 euros.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os principais indicadores destas empresas eram como segue:

Empresas	2015		2014	
	Capital próprio	Resultado líquido	Capital próprio	Resultado líquido
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	1.588.282	559.755	2.128.526	1.143.692
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	925.054	1.168.582	(243.528)	(660.016)
Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.	2.816.113	(175.534)	2.991.646	(3.028)

9. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS PARTICIPADAS

A rubrica “Investimentos em empresas participadas” é composta essencialmente pelas seguintes participações:

	31.12.15	31.12.14
CLIP – Colégio Luso Internacional, S.A.	24.940	24.940
Sinaga, S.A.	506.266	506.266
Outros	24.111	24.110
	555.317	555.316
Perdas de imparidade acumuladas em outros investimentos financeiros (nota 26)	(327.812)	(327.812)
	<u>227.505</u>	<u>227.504</u>

Em 31 de dezembro de 2015, do montante registado em “Perdas de imparidade acumuladas em outros investimentos financeiros”, 320.038 Euros respeita à imparidade apurada pela Empresa relativamente à sua participação na Sinaga, S.A..

Relativamente à Sinaga, S.A. a sua sede social e a proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2015 são os seguintes:

Empresa	Sede	Valor de 2015	% controlo 2015	Capital próprio 2014	Resultado líquido 2014
Sinaga, S.A.	P. Delgada	186.228	15,54	2.680.064	(2.504.193)

10. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Diferenças na base tributável do ativo fixo	250	381	799.715	887.813
Créditos fiscais	211.600	152.159	-	-
	<u>211.850</u>	<u>152.540</u>	<u>799.715</u>	<u>887.813</u>

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi como segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	152.540	731	887.813	1.072.571
Efeito em resultados (nota 37):				
Difer. na base tributável dos ativos fixos	(131)	(350)	(88.098)	(146.181)
Créditos fiscais	59.411	152.159	-	-
Sub-total	59.310	151.809	(88.098)	(146.181)
Efeito em capital:				
Variação da taxa – reav. livres ativos fixos	-	-	-	(38.577)
Sub-total	-	-	-	(38.577)
Saldo final	<u>211.850</u>	<u>152.540</u>	<u>799.715</u>	<u>887.813</u>

11. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.15	31.12.14
Fundo de compensação de trabalho	1.381	464
	<u>1.381</u>	<u>464</u>

12. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.15	31.12.14
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	15.857.056	1.163.092
Mercadorias	221.094	108.201
Produtos e trabalhos em curso	1.883.825	3.052.357
Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refugos	11.986	14.114
Produtos acabados e intermédios	2.445.052	1.678.075
	20.419.013	6.015.839
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (nota 26)	(10.192)	(10.192)
	<u>20.408.821</u>	<u>6.005.647</u>

13. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31.12.15	31.12.14
Cientes, conta corrente	10.784.399	3.727.755
Cientes de cobrança duvidosa	525.050	525.050
	11.309.449	4.252.805
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (nota 26)	(539.275)	(539.275)
	<u>10.770.174</u>	<u>3.713.530</u>

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível, às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a antiguidade das contas a receber de clientes é como segue:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Saldo não vencido	3.209.825	3.662.166
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	5.961.131	-
Entre 90 e 180 dias	877.337	34.055
Mais de 180 dias	721.881	17.309
	<u>10.770.174</u>	<u>3.713.530</u>

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (ATIVO)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Imposto sobre o rendimento	14.339	14.340
Imposto sobre o valor acrescentado	2.448.198	1.046.226
	<u>2.462.537</u>	<u>1.060.566</u>

15. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Outras dívidas de terceiros" tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Outros devedores	298.381	309.026
Adiantamentos a fornecedores	1.864	34.758
Empresas do Grupo (nota 28)	5.474.268	5.400.059
	5.774.513	5.743.843
Perdas de imparidade acumuladas em outras dívidas de terceiros (nota 26)	(254.196)	(254.196)
	<u>5.520.317</u>	<u>5.489.647</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a antiguidade destas dívidas de terceiros é como segue:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Saldo não vencido	5.471.427	2.363.426
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	-	648.752
Entre 90 e 180 dias	-	13.327
Mais de 180 dias	48.890	2.464.142
	<u>5.520.317</u>	<u>5.489.647</u>

16. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.15	31.12.14
Rendas e alugueres pagos antecipadamente	154.979	149.513
Seguros pagos antecipadamente	78.651	80.840
Outros gastos diferidos	42.022	38.711
Acréscimos de rendimentos	18.723	66.023
	<u>294.375</u>	<u>335.087</u>

17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	31.12.15	31.12.14
Numerário	3.000	3.000
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	59.408	108.226
Caixa e equivalentes de caixa	62.408	111.226
Descobertos bancários (nota 21)	(5.846.712)	(48.778)
	<u>(5.784.304)</u>	<u>62.448</u>

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras.

18. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social está representado por 21.000.000 ações ordinárias, totalmente subscrito e realizado, com o valor nominal de 1 Euro cada.

A RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A. detém 100% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2015.

A rubrica “Reservas de reavaliação” resulta da reavaliação do ativo fixo tangível efetuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos acionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital da Empresa ou em situações específicas na legislação.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

19. Outros Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os outros empréstimos obtidos tinham o seguinte detalhe:

	Valor nominal da emissão	31.12.15		
		Corrente	Não corrente	Juros e comissões
Papel comercial	1.500.000	-	1.500.000	(1.220)

O valor nominal apresentado corresponde ao saldo em dívida. O valor contabilístico corresponde ao valor nominal da dívida deduzido dos custos associados à estrutura de financiamento e dos juros.

De acordo com as condições dos contratos, as emissões podem ser efetuadas até um ano, até ao limite dos montantes contratados, tendo as instituições financeiras, assumido a garantia de colocação integral de cada emissão a efetuar no âmbito dos referidos contratos de programa.

É intenção do Conselho de Administração utilizar os montantes emitidos no final do corrente ano, conforme referido acima, por um período superior a doze meses.

O valor contabilístico do papel comercial corresponde ao valor nominal da dívida deduzido dos custos associados à estrutura de financiamento, diferidos até à maturidade do programa.

Nas demonstrações dos fluxos de caixa os valores respeitantes a pagamentos e recebimentos destes empréstimos estão refletidos por programa.

20. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Montantes a pagar por locações financeiras:				
2015	-	75.099	-	70.267
2016	59.322	41.072	55.625	38.351
2017	45.311	27.050	42.786	25.285
2018	45.311	27.050	43.766	26.040
2019	38.008	19.710	37.356	19.360
2020	14.158	3.943	14.079	3.921
	<u>202.110</u>	<u>193.924</u>	<u>193.612</u>	<u>183.224</u>
Juros futuros	<u>(8.498)</u>	<u>(10.700)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>193.612</u>	<u>183.224</u>	<u>193.612</u>	<u>183.224</u>
Componente de curto prazo			<u>(55.625)</u>	<u>(70.267)</u>
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			<u>137.987</u>	<u>112.957</u>

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

Em 31 de dezembro de 2015, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

No quadro acima entende-se que a diferença entre os pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras) e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras excluindo o montante de juros) corresponde ao valor de juros a pagar.

Os contratos de locação financeira respeitam essencialmente a equipamento de transporte.

21. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os empréstimos bancários obtidos tinham o seguinte detalhe:

Entidade financiadora	31.12.15			31.12.14		
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
Descobertos bancários		5.846.712	-		48.778	-
		<u>5.846.712</u>	<u>-</u>		<u>48.778</u>	<u>-</u>

22. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da Empresa.

	31.12.15	31.12.14
Fornecedores, conta corrente	35.502.601	22.650.085
Fornecedores, faturas em recepção e conferência	<u>1.603.487</u>	<u>231.122</u>
	<u>37.106.088</u>	<u>22.881.207</u>

Em 31 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração entende que o valor contábilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a antiguidade dos saldos a pagar a fornecedores é como segue:

	31.12.15	31.12.14
Até 3 meses	27.552.889	3.539.459
Entre 3 e 4 meses	363.149	244.293
Mais de 4 meses	<u>9.190.050</u>	<u>19.097.455</u>
	<u>37.106.088</u>	<u>22.881.207</u>

23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	31.12.15	31.12.14
Imposto sobre o rendimento	95.775	72.349
Contribuições para a segurança social	<u>61.553</u>	<u>65.430</u>
	<u>157.328</u>	<u>137.779</u>

24. OUTROS CREDITORES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica "Outros credores" tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Empresas do Grupo (nota 28)	8.516.207	-
Outros credores	52.503	342.717
	<u>8.568.710</u>	<u>342.717</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a antiguidade destes saldos a pagar é como segue:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Sem vencimento	8.534.214	270.404
Com vencimento		
Entre 0 e 90 dias	7.563	8.509
Entre 90 e 180 dias	3.500	45.289
Mais de 180 dias	23.433	18.515
	<u>8.568.710</u>	<u>342.717</u>

25. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Acréscimos de gastos:		
Gastos com o pessoal	480.994	419.825
Trabalhos especializados	5.500	4.400
Encargos financeiros a pagar	4.420	2.107
Outros fornecimentos e serviços externos	72.435	67.435
Descontos de quantidade (<i>rappel</i>)	368.994	740.489
Outros	833.285	39.255
	<u>1.765.628</u>	<u>1.273.511</u>
Rendimentos diferidos:		
Outros proveitos diferidos	66.629	66.628
	<u>66.629</u>	<u>66.628</u>
	<u>1.832.257</u>	<u>1.340.139</u>

26. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas de imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Redução	Saldo final
	31.12.14				31.12.15
Perdas de imparidade acum. em inventários (nota 12)	10.192	-	-	-	10.192
Perdas de imparidade acum. em clientes (nota 13)	539.275	-	-	-	539.275
Perdas de imparidade acum. em outras div. de terceiros (nota 15)	254.196	-	-	-	254.196
Provisões para outros riscos e encargos	3.212	-	-	-	3.212
Perdas de imparidade acum. em invest. em empresas participadas (nota 9)	327.812	-	-	-	327.812
Perdas de imparidade acum. em invest. em empresas associadas (nota 8)	-	614.297	-	-	614.297
	<u>1.134.687</u>	<u>614.297</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.748.984</u>

27. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As responsabilidades por garantias prestadas, que não figuram na demonstração da posição financeira durante os exercícios de 2015 e 2014 podem ser detalhados como segue:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Garantias prestadas:		
Autoridade Tributária e Aduaneira	3.321.600	3.321.600
Direção Geral de Impostos	179.509	179.509
Tribunal do Trabalho	8.872	8.872
EDP Gás	1.500	1.500
	<u>3.511.481</u>	<u>3.511.481</u>

Adicionalmente é de referir que, em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Empresa não tinha assumido compromissos não refletidos na demonstração da posição financeira.

28. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2015 e 2014 podem ser detalhados como segue:

	Vendas/ prestações de serviços/rendimentos suplementares		Compras e serviços obtidos	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Transações:				
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	394.820	373.767	-	9.000
Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.	-	-	364.885	374.152
COMP-RAR – Central de compras, S.A.	-	-	19.224	17.293
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	-	1.103.534	-	275
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	901.539	707.270	5.206.929	3.838.429
RAR Imobiliária, S.A.	-	-	1.749.149	1.685.226
RAR – Serviços de Assistência Clínica, Lda.	-	-	68.184	84.490
	<u>1.296.359</u>	<u>2.184.571</u>	<u>7.408.371</u>	<u>6.008.865</u>

	Juros debitados		Juros suportados	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Transações:				
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	35.598	66.023	-	-
RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.	241	10.082	371.342	1.049.383
Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.	584	864	-	-
	<u>36.423</u>	<u>76.969</u>	<u>371.342</u>	<u>1.049.383</u>

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Saldos:				
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	61.984	47.455	-	-
Centrar – Centro de Serv. Gestão, S.A.	230	7.247	45.905	43.917
COMP-RAR - Central de compras, S.A.	314	321	(241)	(3.752)
Colep Portugal, S.A.	1.718	8.910	-	-
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	-	89.802	-	319
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	200.484	89.765	2.568.723	435.067
RAR Imobiliária, S.A.	-	-	11.073	243
RAR – Serv. Assistência Clínica, Lda.	-	227	27.244	35.096
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	-	-	1.912	354.445
RASO – Viagens e Turismo, S.A.	-	-	-	2.001
	<u>264.730</u>	<u>243.727</u>	<u>2.654.616</u>	<u>867.336</u>

Saldos:	Empréstimos obtidos		Empréstimos concedidos	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	-	-	1.520.000	563.000
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	8.250.000	-	-	500.000
Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.	-	-	20.000	18.000
	<u>8.250.000</u>	<u>-</u>	<u>1.540.000</u>	<u>1.081.000</u>

Saldos:	Outras dívidas a receber		Outras dívidas a pagar	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	18.514	32.454	-	-
Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.	198	293	-	-
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	-	10.082	266.207	-
SIEL, SGPS, S.A.	3.915.556	4.276.230	-	-
	<u>3.934.268</u>	<u>4.319.059</u>	<u>266.207</u>	<u>-</u>

Empréstimos obtidos:	Saldo 31.12.14	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.15
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	-	49.800.000	(41.550.000)	8.250.000

Empréstimos concedidos:	Saldo 31.12.14	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.15
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	563.000	8.135.000	(7.178.000)	1.520.000
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	500.000	-	(500.000)	-
Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.	18.000	20.000	(18.000)	20.000
	<u>1.081.000</u>	<u>8.155.000</u>	<u>(7.696.000)</u>	<u>1.540.000</u>

A remuneração da Administração pode ser decomposta como segue:

	31.12.15	31.12.14
Remuneração fixa	<u>83.440</u>	<u>83.440</u>
	<u>83.440</u>	<u>83.440</u>

29. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios de 2015 e 2014 foram como segue:

	31.12.15	31.12.14
Vendas:		
Mercado interno	26.297.757	38.942.021
Mercado intracomunitário	42.161.839	31.444.796
Mercado externo	-	162.110
	<u>68.459.596</u>	<u>70.548.927</u>
Prestações de serviços:		
Mercado interno	-	1.799
Mercado intracomunitário	14.224	271.103
	<u>14.224</u>	<u>272.902</u>
	<u>68.473.820</u>	<u>70.821.829</u>

30. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros rendimentos operacionais nos exercícios de 2015 e 2014 é a seguinte:

	31.12.15	31.12.14
Rendimentos suplementares	980.274	818.910
Ganhos na alienação de ativo fixo tangível	16.381	8.250
Descontos de pronto pagamento obtidos	484	951
Diferenças de câmbio	837	205.750
Outros	269.857	296.169
	<u>1.267.833</u>	<u>1.330.030</u>

31. GASTO DAS VENDAS E VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Os gastos das vendas, nos exercícios de 2015 e 2014, foram determinados como se segue:

	2015		2014	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldos iniciais	108.201	1.163.092	154.340	1.200.175
Compras	881.585	69.389.223	992.142	41.332.435
Saldos finais	221.094	15.857.056	108.201	1.163.092
Perdas de imparidade (nota 26)	-	-	-	-
Gastos do exercício	<u>768.692</u>	<u>54.695.259</u>	<u>1.038.281</u>	<u>41.369.518</u>

A rubrica "Variação da produção" nos exercícios de 2015 e 2014 pode ser detalhada como segue:

	2015			2014		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Saldos iniciais	1.678.075	14.114	3.052.357	5.597.328	19.060	17.529.581
Regularização de inventários	(27.181)	-	-	(74.986)	-	-
Saldos finais	2.445.052	11.986	1.883.825	1.678.075	14.114	3.052.357
	<u>(794.158)</u>	<u>2.128</u>	<u>1.168.532</u>	<u>3.844.267</u>	<u>4.946</u>	<u>14.477.224</u>

32. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios de 2015 e 2014, pode ser detalhada como segue:

	31.12.15	31.12.14
Outros fluidos	5.206.929	3.838.835
Rendas e alugueres	2.259.431	2.157.419
Transportes de mercadorias	1.715.930	1.628.458
Eletricidade	883.262	788.059
Conservação e reparação	672.639	709.051
Trabalhos especializados	645.594	643.801
Outros fornecimentos e serviços externos	575.429	635.119
Água	402.155	309.988
Seguros	170.034	169.505
Subcontratos	322.176	164.141
Deslocações e estadas	70.488	84.908
Combustíveis	43.536	58.299
Publicidade e propaganda	35.530	44.134
Honorários	23.400	25.853
Comunicação	20.800	19.922
	<u>13.047.333</u>	<u>11.277.492</u>

33. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos exercícios de 2015 e 2014 é a seguinte:

	31.12.15	31.12.14
Remunerações órgãos sociais	107.325	101.750
Remunerações do pessoal	2.407.154	2.483.522
Encargos sobre remunerações	542.285	603.280
Seguros	39.110	42.540
Encargos com saúde	125.794	141.569
Indemnizações	299.556	144
Outros gastos com pessoal	233.968	267.677
	<u>3.755.192</u>	<u>3.640.482</u>

Durante os exercícios de 2015 e 2014 o número médio do pessoal foi de 132 e 142, respetivamente.

34. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

A rubrica "Outros gastos operacionais" nos exercícios de 2015 e 2014 pode ser detalhada como segue:

	31.12.15	31.12.14
Imposto sobre o valor acrescentado	10.373	16.273
Imposto municipal sobre imóveis	890	634
Imposto selo	35.096	41.813
Taxas e licenças	260.246	198.600
Quotizações	44.379	42.621
Ofertas	45.104	73.747
Donativos	-	15.000
Multas e penalidades	3.930.623	1.000.010
Diferenças de câmbio desfavoráveis	423	204.717
Serviços bancários	158.666	180.599
Outros	16.595	59.726
	<u>4.502.395</u>	<u>1.833.740</u>

35. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	31.12.15	31.12.14
Gastos e perdas:		
Juros suportados:		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	177.328	308.241
Relativos a contratos de locação financeira	5.342	5.458
Relativos a papel comercial	32.558	-
Relativos a operações financeiras	110.823	199.384
Relativos a empréstimos empresas do Grupo	371.342	1.049.383
Outros	58.083	112
	<u>755.476</u>	<u>1.562.578</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	939	68
Outros gastos e perdas financeiras	337.634	706.209
	<u>1.094.049</u>	<u>2.268.855</u>
Resultados financeiros	<u>(1.055.884)</u>	<u>(2.189.745)</u>
	<u>38.165</u>	<u>79.110</u>
Rendimentos e ganhos:		
Juros obtidos:		
Relativos a empréstimos empresas do Grupo	36.423	76.969
Outros	66	875
Diferenças de câmbio favoráveis	1.676	1.266
	<u>38.165</u>	<u>79.110</u>

36. RESULTADOS RELATIVOS A EMPRESAS ASSOCIADAS

Os resultados relativos a empresas associadas têm a seguinte composição:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Liquidação de investimentos:		
S.A.V. – Soc. de Águas de Valadares, S.A.	-	(202.875)
Alienação de investimentos:		
RAR Imobiliária, S.A.	-	6.176.800
Dividendos:		
Acembex – Comércio e serviços, Lda.	55.000	12.500
	<u>55.000</u>	<u>5.986.425</u>

37. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são detalhados como segue:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Imposto corrente	(1.912.825)	(1.758.213)
Imposto diferido (nota 10)	<u>(147.408)</u>	<u>(297.991)</u>
	<u>(2.060.233)</u>	<u>(2.056.204)</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto do exercício é como segue:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Resultado antes de impostos	(10.465.574)	(3.258.816)
Outras variações	<u>(614.297)</u>	<u>(86.775)</u>
	(9.851.277)	(3.345.591)
Taxa nominal de imposto	21,00%	23,00%
Imposto esperado	<u>(2.068.768)</u>	<u>(769.486)</u>
Diferenças permanentes	67.058	(1.039.699)
Impostos diferidos registados	(147.408)	(297.991)
Tributação autónoma	53.247	50.972
Insuficiência de estimativa para imposto	<u>35.638</u>	<u>-</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>(2.060.233)</u>	<u>(2.056.204)</u>
Diferenças permanentes		
Encargos financeiros não dedutíveis	-	1.231.558
Amortizações e depreciações não aceites fiscalmente	438.464	448.866
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(55.000)	(12.500)
Benefícios fiscais	(33.036)	(34.510)
Outros	<u>(31.103)</u>	<u>(6.153.845)</u>
	(319.326)	(4.520.431)
Taxa nominal de imposto	21,00%	23,00%
Diferenças permanentes	<u>67.058</u>	<u>(1.039.699)</u>

Liquidações adicionais em sede de IRC impugnadas

Conforme mencionado em exercícios anteriores, até 31 de dezembro de 2005 a RAR Açúcar manteve em contas a receber o montante global de aproximadamente 3.195.000 Euros associado a pagamentos de impostos efetuados nos exercícios de 1997 e 2002 ao abrigo do Decreto-Lei n.º

124/96 e do Decreto-Lei n.º 248-A/2002, relativos a liquidações adicionais de IRC dos exercícios de 1990 a 1997, impugnadas judicialmente por ser entendimento do Conselho de Administração da Empresa que a fundamentação apresentada pela administração tributária relativamente àquele assunto não está de acordo com a legislação portuguesa, tendo estas impugnações sido julgadas procedentes em primeira instância. No entanto, a Fazenda Pública apresentou recursos e em consequência do desfecho desfavorável para a RAR Açúcar dos processos de impugnação judicial já concluídos, foram anulados os respetivos montantes registados em contas a receber (736.180 Euros até 31 de dezembro de 2009) e, numa ótica de prudência, foram registadas perdas de imparidade para os montantes a receber associados a processos de impugnação judicial ainda em curso de natureza similar (740.378 Euros em 31 de dezembro de 2008) (notas 14 e 25).

RETGS

Pelo facto da Empresa estar integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (acionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS), registou-se em rendimentos no exercício de 2015, o montante de 1.948.463 Euros, por contrapartida de conta a receber da SIEL, SGPS, S.A., relativamente ao seu contributo para o apuramento do lucro do grupo fiscal.

38. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por ação do exercício foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Resultado:		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	<u>(8.405.341)</u>	<u>(1.202.612)</u>
Resultado para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	<u>(8.405.341)</u>	<u>(1.202.612)</u>
Número de ações:		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	<u>21.000.000</u>	<u>21.000.000</u>
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	<u>21.000.000</u>	<u>21.000.000</u>

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

A empresa teve conhecimento de uma alteração à estrutura acionista da nossa participada Sinaga, S.A. em 4 de fevereiro de 2016 que compreende a redução e aumento de capital registada na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada a 7 de janeiro de 2016, sendo que a RAR Açúcar sai da estrutura acionista onde detinha a percentagem de controlo de 15,54% e cujo valor líquido à data do balanço era de 186.228 euros. A empresa está junto dos seus advogados a adotar as diligências necessárias para invalidar esta ação.

40. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 18 de fevereiro de 2016, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

41. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Empresa tem vindo a incorrer em despesas de Investigação e Desenvolvimento ("I&D") as quais, no seu entendimento, são suscetíveis de serem elegíveis no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial ("SIFIDE"), previsto na Lei n.º 40/2005, de 3 de Agosto, entretanto alterada pela Lei n.º 10/2009, de 10 de Março. Neste sentido, a Empresa formalizou a submissão de várias candidaturas ao referido sistema de incentivos tendo, para o efeito, apurado um montante global de despesas em atividades de I&D e um crédito fiscal estimado, expresso na tabela infra apresentada (valores expressos em Euro):

<u>Ano</u>	<u>Despesas I&D</u>	<u>Crédito fiscal</u>
2010	362.665	117.866
2011	201.175	66.682
2012	195.929	63.674
2013	228.799	88.485
2014	207.129	67.317

Por fim, no que respeita ao exercício de 2015, a Empresa encontra-se, de igual modo, a preparar uma candidatura ao sistema de incentivos supra referido, contudo, ainda não foi apurado o valor da despesa de I&D suportada, nem a estimativa do benefício fiscal correspondente. Não obstante, a Empresa prevê finalizar o processo de candidatura até à data da submissão da Declaração de IRC (Modelo 22) relativa ao exercício de 2015, pelo que o valor do benefício fiscal que venha a ser solicitado deverá ser posteriormente reportado no Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados de 2016.

Porto, 18 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração

João Alberto de Lima Martins Pereira

João Miguel Gerales da Silva Carvalho

Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de RAR - Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 60.176.319 Euros e um total de capital próprio de 4.169.905 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 8.405.341 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de RAR - Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A., em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Ênfase

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de, em 31 de dezembro de 2015, se encontrar perdido mais de metade do capital social, potenciando a adoção das medidas previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 16 de março de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº 1154)

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de RAR - Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas, colaboradores da sociedade e outros;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal das contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas e com uma ênfase relacionada com o artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2015 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2015 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas do exercício de 2015, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Porto, 16 de março de 2016

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº 1154)

EY refers to the global organization of member firms of Ernst & Young Global Limited, each of which is a separate legal entity. Ernst & Young Global Limited, a UK company limited by guarantee, does not provide services to clients.

For more information, please visit www.ey.com.